

Nordeste na dianteira da homofobia

Dona Francisca e o marido Francisco, com a foto do filho, morto a pauladas



Por **CANDICE MACHADO**
 nordeste21@editoraassare.com.br

Dona Francisca vive em Gameleira, um bairro rural isolado e bem pequeno na cidade de Horizonte, interior do Ceará. É ali, entre o verde da mata e o marrom de uma minguada estrada de piçarra e casas de taipa, que está encravada uma única casinha azul turquesa, onde ela mora com o marido e os sete filhos. Que eram oito até 2011.

A notícia do desfalque na prole chegou em um domingo de manhã. “Dia 14 de agosto de 2011, não esqueço essa data”. Dona Francisca conta que ao ser informada que haviam encontrado um corpo no mato, largou as roupas por lavar, caminhou mil e quinhentos metros até o matalgal indicado e não reconheceu o rosto que avistou. Crânio e rosto estavam afundados por pauladas, as calças tinham sido arriadas até o joelho, mas a tatuagem de Iemanjá no antebraço não lhe deixou dúvidas: era Evaldo, o mais moço dos seus filhos homens e

também o mais sonhador.

Evaldo não sonhava em ficar rico, mudar de cidade, casa, ou profissão, o que ele aspirava era “um dia poder viver com outro homem”. Um sonho pequeno para quem vive desprovido de tudo, mas enorme para um país que, apesar de ter reconhecido a união homoafetiva como entidade familiar em 2011, alcançou, naquele mesmo ano a marca de 278 homicídios contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, parcela da população que compõe a sigla LGBT.

Iemanjá, a protetora que o rapaz de 30 anos carregava em forma de tatuagem, é considerada a deusa da compaixão, do perdão e do amor incondicional. Mas foi por aspirar amor sem exigência de raça, classe ou sexo que Evaldo morreu. No dia seguinte ao crime, um morador das redondezas foi encontrado em outra cidade, usando a moto da vítima. Ele confessou o crime e justificou: matei porque ele tentou me beijar.

Em 2011 o Brasil atingiu a marca de 278 homicídios contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, parcela da população que compõe a sigla LGBT.

As veias abertas do Nordeste brasileiro. Os retirantes do século XXI não fogem, eles são expulsos da vida pelo abandono, pela solidão e pelo ódio. A homofobia sangra em solo nordestino. A região é oficialmente a mais homofóbica do Brasil.

Nordeste é a região mais homofóbica do País

Perder a vida foi a punição de 125 LGBTs que, como Evaldo, “ousaram” expressar sua identidade sexual no Nordeste. E isso, somente em 2011, segundo o primeiro Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da República (SDH) e lançado neste semestre. Apesar do contorno, o que pulsa em solo nordestino é mesmo homofobia. A região arremata a primeira posição como a mais homofóbica do Brasil, pelo menos desde 1980, quando a ONG Grupo Gay da Bahia (GGB) começou a série anual de pesquisas sobre crimes letais contra a população gay do Brasil.

Nas contas da ONG, nos últimos 10 anos o número de LGBTs mortos no Nordeste cresceu 144%. Foram contabilizados 50 casos em 2001 e 122 em 2011 – somente 3 a menos do que o governo federal apurou no seu relatório oficial.

“O Nordeste vem na frente por conta de alguns aspectos culturais, pobreza e a educação precária. Muitos pais falam que preferem ter uma filha prostituta ou um filho ladrão do que sabê-los homossexuais. Não sabem que a orientação sexual não se escolhe, é uma construção inconsciente que se faz ao longo da vida. É preocupante quando estados nordestinos aparecem como os que mais praticam homofobia, mas isso pode ser combatido com educação sexual na escola e com educação formal mesmo. Um povo educado pratica menos violência, menos homofobia”, avalia Marcelo Cerqueira, presidente do GGB.

Até 2011, o estudo da ONG baiana era o único documento que esboçava um perfil numérico da homofobia no País. As estatísticas dos sonhos, amores e vidas que perderam para o ódio tinham base nos assassinatos de vítimas homossexuais, noticiados na imprensa: os “homocídios”. Ano a ano, a pesquisa era criticada pela impossibilidade de “comprovar” a motivação dos crimes contabilizados. “É que os crimes ainda não têm a qualificação de homofobia, mas algumas delegacias, por conta da nossa luta, já estão interpretando como crimes homofóbicos”, explica Marcelo.

Apesar disso, os números agora são confirmados pelas estatísticas oficiais do governo, que fez também uma triagem dos tipos de violações denunciadas diretamente aos órgãos responsáveis. A trama que a homofobia brasileira enreda é inegável e desanimadora e, em território nordestino, o drama é ainda mais aterrador.

O ritmo nordestino arrefeceu apenas durante os anos de 2005 e 2006, reflexo dos períodos de interrupções da pesquisa, por falta de recursos financeiros. Ou seja, se essas dificuldades tivessem sido sanadas, a tragédia apresentada seria ainda maior. Ainda assim, segundo os números do GGB, a região teve um crescimento de “homocídios” superior à taxa nacional no mesmo período, que apresentou um aumento de 101%.

Até 2011, o estudo da ONG baiana era o único documento que esboçava um perfil numérico da homofobia no País. As estatísticas dos sonhos, amores e vidas que perderam para o ódio tinham base nos assassinatos de vítimas homossexuais, noticiados na imprensa: os “homocídios”. Ano a ano, a pesquisa era criticada pela impossibilidade de “comprovar” a motivação dos crimes contabilizados. “É que os crimes ainda não têm a qualificação de homofobia, mas algumas delegacias, por conta da nossa luta, já estão interpretando como crimes homofóbicos”, explica Marcelo.



Nordeste na dianteira de demais violações

Para além da condição extrema dos assassinatos, segundo o relatório da SDH, o Nordeste também desponta entre as demais violações denunciadas ao poder público. Os “homocídios” são apenas a ponta do cacto, o desfecho de uma escalada de espinhosas violências consideradas “menores”, como agressão física e verbal, estupro, rejeição da família, entre outras pequenas e cortantes expressões de ódio que incomodam, ferem, reprimem e relegam o amor homossexual à marginalidade.

“Vivemos em uma sociedade que tolera a existência da homossexualidade, desde que o homossexual não se veja como gente normal, nem reivindique que sua orientação seja natural. Porque se você é gay, deixa de ser uma pessoa comum, que tem direitos, relações, dramas, expectativas, e passa a ser algo que pode existir na calada da noite, nas pistas de boates, entre quatro paredes”, desabafa Taís (nome fictício), jornalista de Fortaleza que namora outra mulher há quase dois anos e recentemente assumiu sua homossexualidade para a família, sem nenhum problema. Pois é na rua, no seu direito de existir plena e publicamente, que ela sente as farpas da homofobia cortando sua carne.

Uma roupa menos feminina, um beijo no rosto, ou um abraço parecem suficientes para desencadear uma legião de olhares “endemonizadores” e comentários pejorativos. Infelizmente, coisas fáceis de encontrar. Na escola não houve muito sofrimento, ou pelo menos nenhum acontecimento marcante para Taís. Na faculdade, olhares curiosos e interpelações em tom de deboche chegaram a agredir e incomodar. Já formada, teve sua integridade física ameaçada.

Dentro de um ônibus, Taís e a namorada perceberam o olhar de condenação de um homem forte, sentado à frente. Ele mudou para o assento exatamente atrás delas e passou a provocá-las, impelindo leves empurrões no banco em que estavam acomodadas. As provocações — ignoradas pelo casal de namoradas — terminaram quando o homem, antes de descer em seu destino, esmurrou a cadeira delas com força e as perseguiu com o olhar, mesmo quando já se encontrava do lado de fora do transporte. Tudo o que elas tinham feito era se dado as mãos. Ali, pela primeira vez, Taís sentiu medo da violência física. “Até então, a agressão nunca tinha sido tão ameaçadora, nem tinha estado tão próxima. Ele visivelmente era homofóbico. Imagino que se me encontrasse sozinha na rua, me bateria. É estranho saber que você perturba alguém apesar de não ter a menor intenção. Suas menores atitudes, inclusive as involuntárias, podem ser a ‘justificativa’ para alguém te agredir em qualquer local. É um absurdo assustador”.

O número de LGBTs mortos no Nordeste cresceu 144%. Foram contabilizados 50 casos em 2001 e 122 em 2011 – somente 3 a menos do que o governo federal apurou no seu relatório oficial.



As violências psicológicas somam 42,5% do total violências sofridas contra os LGBTs. Em seguida vêm a discriminação e as violências sexuais, respectivamente com 22,3% e 15,9% do total.

Agora é oficial

Taís não pensou em denunciar o acontecimento, até porque ela nem tinha conhecimento de um órgão público responsável por sistematizar os casos de homofobia. A iniciativa do governo federal em realizar um trabalho com esse intuito veio com 10 anos de atraso. Ao adotar, em 13 de maio de 1996, o Programa Nacional de Direitos Humanos, o Brasil se tornou um dos primeiros países do mundo a cumprir recomendação específica da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993), atribuindo aos direitos humanos o status de política pública governamental. No entanto, somente no Programa Nacional de Direitos Humanos II, formulado em 2002, passou-se a exigir a coleta e a divulgação de estatísticas sobre a situação sócio-demográfica da população LGBT, assim como sobre a violência e a discriminação praticadas em razão de orientação sexual (Art.240).

Somente em 2012, através da SDH, o governo federal publicou o primeiro Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, com os dados apurados de janeiro a dezembro de 2011. Durante esse período, 6.809 violações contra LGBTs, cometidas em todo o Brasil, foram denunciadas à SDH. As violências psicológicas, como as que Taís vêm sofrendo ao longo da vida, foram as mais reportadas, com 42,5% do total. Em seguida vêm a Discriminação e as Violências Sexuais, respectivamente com 22,3% e 15,9% do total. Também é significativo o número de negligências e de violências sexuais apuradas. Cada uma dessas violações alcançou 466 e 337 denúncias.

Além disso, levando em conta a importância do trabalho pioneiro realizado pelo Grupo Gay da Bahia, também foi construído um relatório dos “homocídios” com base em

notícias veiculadas na imprensa, o que acabou por confirmar os números anteriormente divulgados pelo GGB, apresentando apenas o acréscimo de 12 casos.

Ao primeiro olhar, os números não parecem tão altos para um País com tamanha extensão de território e população. Acontece que os dados relacionados à violência, como um todo, são precarizados pela escassez das denúncias. A homofobia, em particular, é um fenômeno ainda mais subnotificado. Além da desinformação sobre como e onde denunciar, há ainda o receio da homofobia institucional — por parte dos órgãos públicos, por exemplo —, um sentimento de autculpaabilidade que as vítimas carregam e a banalização das agressões deferidas. A naturalidade com que o assassino confesso de Evaldo justificou o seu crime é a expressão extrema de um acontecimento social: a naturalização da violência, seja ela física ou verbal.

Segundo Marcelo Cerqueira, devemos entender “autculpaabilidade” como “homofobia interna”. “A homofobia social exerce uma pressão forte e o gay passa a ver sua prática sexual como algo errado e perigoso. Ele acaba se penalizando, reprimindo e marginalizando a sua vivência sexual, internalizando a homofobia. Xingar homossexuais virou entretenimento. As pessoas acham engraçado. Virou um costume até institucionalizado, porque a polícia, por exemplo, também aborda os homossexuais dessa maneira. E isso vem sendo reforçado pela música, pelas expressões culturais como um todo. A sociedade percebe a violência como algo natural”, diz Marcelo. Assim, como o próprio relatório do governo federal chama atenção, “as violências ocorridas cotidianamente contra LGBTs são, infelizmente, muito mais numerosas do que aquelas que chegam ao conhecimento do poder público”.

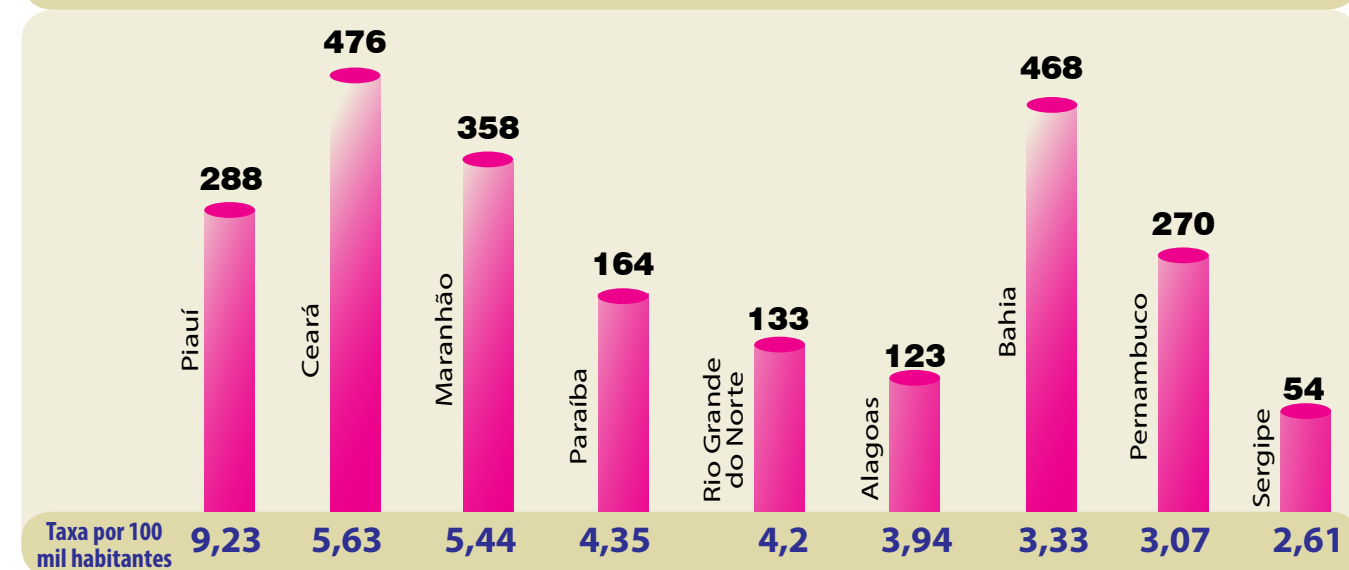
Números oficiais não correspondem à totalidade

Os números oficiais não correspondem à totalidade, mas revelam um cenário árduo de sofrimento, abandono e solidão em que a população LGBT se encontra. Levando-se em consideração o número de denúncias e de “homocídios” apurados e a quantidade de habitantes por unidade federativa, seis dos nove estados nordestinos apresentam taxas de violações superiores a do Brasil em geral, enquanto sete contabilizaram números de assassinatos acima da estatística nacional, em 2011.

No ranking entre os estados brasileiros, represen-

tantes do Nordeste arrematam os primeiros lugares: o Piauí teve o maior número de violações reportadas ao poder público, com 9,23 denúncias por 100 mil habitantes. Em seguida vem o Distrito Federal com 8,75 e mais dois estados nordestinos: o Ceará e o Maranhão, com 5,63 e 5,44 denúncias a cada 100 mil habitantes. Entre os “homocídios” noticiados pela mídia, Alagoas vem na frente, com 0,67 crimes letais reportados na imprensa a cada 100 mil habitantes. Outro Estado da terrinha ficou com a terceira colocação, Paraíba, com 0,56, perdendo apenas para Rondônia, com 0,58 assassinatos noticiados por 100 mil habitantes.

Nordeste: Violações contra LGBTs, denunciadas ao poder público, por 100 mil habitantes, 2011



Nordeste: homicídios contra LGBTs, noticiados na mídia, por 100 mil habitantes, 2011

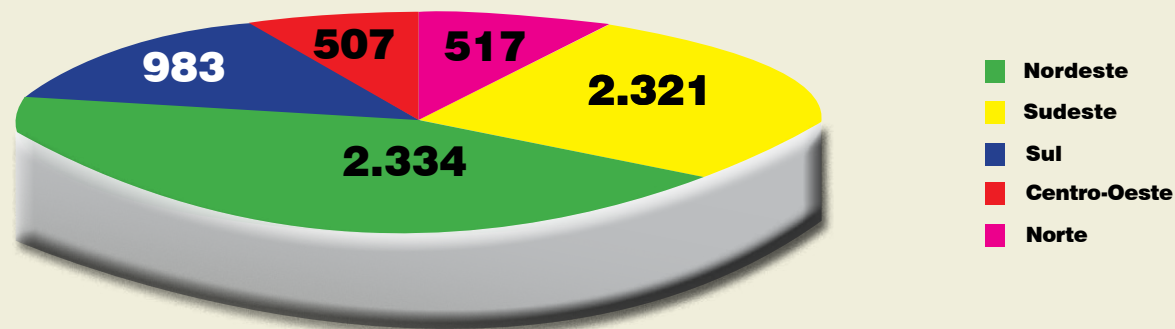
UF	Homicídios noticiados	Taxa por 100 mil habitantes
AL	21	0,67
PB	21	0,56
PE	25	0,28
BA	28	0,20
PI	6	0,19
SE	4	0,19
RN	5	0,16
Brasil	278	0,14
CE	10	0,12
MA	5	0,08

O relatório da Secretaria de Direitos Humanos não faz um “ranqueamento” entre as regiões brasileiras, mas contabilizando os números oficiais de violações denunciadas e de “homicídios” noticiados de cada unidade federativa e utilizando os dados populacionais do

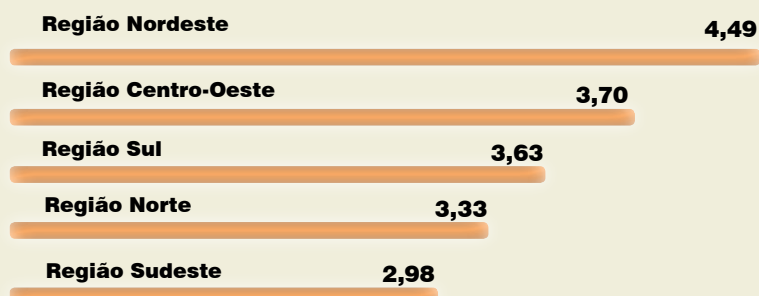
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível chegar a essa colocação. A cada 100 mil habitantes, o Nordeste tem 4,49 violações denunciadas e 0,24 homicídios noticiados na mídia. É oficialmente a região mais homofóbica do Brasil.

Ranking regional: violações contra LGBTs, denunciadas ao poder público, por 100 mil habitantes, 2011

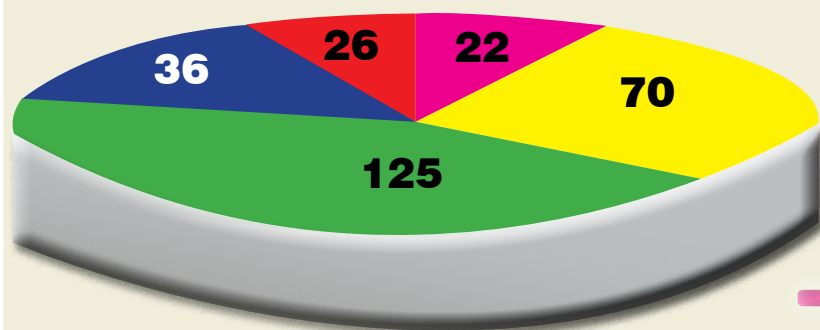
Violações denunciadas por Região



Taxa por 100 mil habitantes



Ranking regional: homicídios contra LGBTs, noticiados na mídia, por 100 mil habitantes, 2011.



Homicídios noticiados por região



Taxa por 100 mil habitantes



Epidemia nacional

Se a região mais homofóbica do Brasil não é coisa besta, pelo contrário, tem importância internacional. O Nordeste está no topo do país que, no mesmo quesito, arrematou a primeira posição entre todas as nações do mundo. Uma pesquisa da ONG Conexão G, publicada em 2010, nos colocou no cume da homofobia, seguidos pelo México e Estados Unidos. Feito que o ódio brasileiro alcançou, por gerar um “homicídio” a cada dois dias. Em 2011, o país bateu seu próprio recorde, com 1,52 homossexuais assassinados a cada 48 horas. E somente no primeiro semestre de 2012, já são 165 LGBTs mortos, segundo o GGB. Número 28% maior do que no mesmo período do ano passado, uma vida perdida a cada 20 horas, por ter amado alguém do mesmo sexo. “Se nada for feito, ao final desse ano, teremos um homossexual morto por dia. E a sociedade ainda assiste a isso de forma alheia, como se o combate a homofobia não fosse algo absolutamente necessário. Combater a homofobia é promover

os direitos coletivos”, conclui o presidente do GGB, Marcelo Cerqueira.

Se “Deus é brasileiro”, ao que parece o diabo também ganhou a nacionalidade e vem criando uma sociedade misógina, machista e sexista, que despreza o feminino, exalta a masculinidade e repudia tudo o que foge às regras da heterossexualidade. Segundo a conclusão do relatório oficial da SDH, “os números que apresentam a maioria dos agressores como do sexo masculino atestam o quanto a masculinidade construída socialmente sente-se ameaçada por outras vivências da sexualidade. O quanto tudo o que foge da heteronormatividade é visto como doentio, criminoso ou que necessita de ‘correção’”. Os dados revelam que 52,5% das violações homofóbicas, reportadas ao governo federal, foram perpetradas por pessoas do sexo masculino. Desses, 43,9% se diziam heterossexuais, somente 9,5% eram homossexuais e 2,2% eram bissexuais. O restante não informou.

Fui vítima de homofobia, e agora?

No Brasil, a homofobia não é considerada crime. Há 10 anos um projeto de lei está tramitando no Congresso Nacional e enfrenta oposição organizada, especialmente por parte da bancada religiosa. No Senado recebeu o nome de PL 122/06 e é conhecido como a Lei da Homofobia. Ele altera o artigo 140 do Código Penal, que trata do crime de injúria; e a Lei 7716/89, chamada Lei do Crime Racial, passando a punir a discriminação ou preconceito de origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.

Na falta de uma lei específica, aqueles que cometem atos violentos devem ser punidos segundo os crimes previstos na norma legal. “O primeiro passo é denunciar, seja em uma delegacia especializada, nos estados onde elas existem, seja numa delegacia comum, fazendo a queixa dentro do que o Código Penal prevê atualmente, mas acrescentando a homofobia como motivação, para que isso fique registrado. Se você não denuncia, está contribuindo para que o crime continue acontecendo”, avalia o advogado Lúcio França, especialista em Direito Homoafetivo e integrante da Comissão de Direitos e de Combate à Homofobia da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Na falta de uma lei específica, aqueles que cometem atos violentos devem ser punidos segundo os crimes previstos na norma legal. “O primeiro passo é denunciar, seja numa delegacia especializada, nos estados onde elas existem, seja numa delegacia comum, fazendo a queixa dentro do que o Código Penal prevê atualmente, mas acrescentando a homofobia como motivação, para que isso fique registrado

Além disso, desde 2011 o Disque 100, serviço da SDH que recebe denúncias de violações de direitos humanos, passou a sistematizar notificações específicas contra a população LGBT. Também existem 27 Centros de Referência especializados, espaços onde a população encontra informações, orientações e apoio em casos de violência homofóbica ou em casos de desrespeito e discriminação

por orientação sexual e identidade de gênero (veja abaixo os Centros que existem no Nordeste). Na esfera digital, o GGB mantém o blog homofobia-mata.wordpress.com, no qual publica os “homocídios” diários e qualquer um pode contribuir, notificando casos para a página. No dia do fechamento desta matéria, lá foi publicado: o travesti Francesco Felipe Vieira Pinho foi assassinado a facadas. ■

SAIBA MAIS

UF	CIDADE	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO
AL	Maceió	Secretaria Estadual de Minorias	Rua Senador Mendonça – Ed. Muniz Falcão, Centro. Fone: (82) 3315-2652/2667 /Cel: 8833-9048. Email: canddi@oi.com.br
CE	Fortaleza	Grupo de Resistência Asa Branca	Rua Teresa Cristina, 1050, Centro Fone: (85) 3253-6197 grab@uol.com.br
MA	São Luiz	Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos	Rua Machado de Assis, 263 Bairro Liberdade. Fone: (98) 3222-5005/ 32213954 - grupogayvota@yahoo.com.br
PB	João Pessoa	Associação das Travestis da Paraíba – Astrapa	Rua Duque de Caxias, 282 – sala 101, Centro Fone: (83) 3221-5926/ Fax: (83) 3214-4539 astrapajpa@hotmail.com
PE	Salgueiro	Centro de Prevenção às Dependências	Rua Professor Urbano Gomes de Sá, 45, Salgueiro Fone: (87) 3871-7091 - Ramal 21 amelcop@uol.com.br
PE	Recife	Movimento Gay Leões do Norte	Rua do Riachuelo, 720 - Boa Vista Telefax: (55)(81) 3222-2207
PI	Teresina	Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania	Rua Lisandro Nogueira, 1447, Centro Norte Fone: (86) 3222-9553/ 99772063 - crhomoossexual@sasc.pi.gov.br
RN	Natal	Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania – Coordenadoria de Direitos Humanos	Avenida Deodoro da Fonseca, nº 249, Petrópolis Fone: (84) 3232-2836/ 2837
SE	Aracajú	Secretaria de Segurança Pública	Av. Augusto Maunard, 247 – Bairro São José Fone: (79) 3211-1510 / 3213-1238

* Outros Centros serão implantados no País, em parceria com instituições já conveniadas, segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos da República. No Nordeste, cinco deles já estão previstos, sendo dois na Bahia, um no Ceará, outro na Paraíba e um quinto em Pernambuco.